

Diário da Assembléia

Nº 3.062

CURITIBA, QUINTA FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nadi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nadi — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 111ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de Junho de 1974
(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzi — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Cristóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Fabiano Braga Côrtes e Xenofonte Villanueva (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER seja inserido em Ata um voto de profunda consternação pelo falecimento da Sra. ERMA KLEINZ MOLETTA, membro de tradicional família desta Capital. Contando com vasto círculo de relações, a notícia do seu passamento repercutiu dolorosamente entre todos os que aprenderam a admirar as excepcionais qualidades da estimada dama.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões em 27 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a consignação em Ata de um voto de real compunção pelo falecimento do prestante cidadão RAUL CORREIA SOBRINHO. O extinto, pertencendo à tradicional família paranaense, soube engrandecer o seu viver através constantes exemplos de solidariedade humana. Amigo de seus amigos, a sua memória será sempre lembrada e cultuada por todos que o conheceram e aprenderam a admirar suas virtudes.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Por proposição do Deputado Flávio Giovine realizou-se recentemente na Câmara dos Deputados uma mesa-redonda entre os parlamentares e os homens ligados à cafeicultura. O autor da proposição foi nomeado coordenador da reunião entre os legisladores ligados aos problemas do café. Obteve nesse trabalho completo êxito pois conseguiu reunir em debate franco os dirigentes do IBC, Secretários de Estados produtores e autoridades na matéria da cafeicultura.

Lamentavelmente essa reunião que obteve grande repercussão na Capital da República, mereceu pouca divulgação entre nós, com exceção da "Folha d Londrina". Os frutos alcançados nessa mesa-redonda traduzem-se em dois pontos positivos: diálogo entre o Legislativo e Executivo, realizado na própria sede do Poder Legislativo e segundo, o atendimento pronto das reivindicações da cafeicultura.

Os frutos dessa mesa-redonda foram traduzidas na prática com a resolução 875 do IBC, em que são fixados os novos preços e as medidas tomadas em relação ao financiamento e abertura de créditos que visam o fortalecimento de nossa cafeicultura.

Em vista do sucesso alcançado pela iniciativa do Deputado Flávio Giovine, coordenador desse encontro, tomo a liberdade de propor ao Plenário a consignação de um voto de louvor ao mencionado Parlamentar que é um dos homens que conhece profundamente os problemas de nossa cafeicultura e um dos mais atuantes Deputados na Câmara dos Deputados.

Requer outrossim que da deliberação seja dado ciência ao Deputado Flávio Giovine.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Wilson Fortes

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ser ouvido o Plenário, um voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde Pública, Doutor Beira Fontoura, bem como aos elementos de sua equipe, pelo brilhantismo e total êxito alcançado na Segunda Jornada de Medicina Preventiva realizada na semana próxima passada na cidade de Jacarezinho no norte do Paraná.

Requer ainda, estenda-se dita homenagem ao Doutor José Fontes de Noronha, Chefe do Distrito Sanitário com sede em Jacarezinho e aos seus incansáveis companheiros de trabalho.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Haroldo Bianchi

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Digníssimo Delegado Regional do Trabalho no Paraná, pela dedicação e eficiência com que tem-se conduzido frente aquele tão importante Órgão Federal.

O nosso homenageado tem sido uma figura exponencial na construção de uma tranquilidade e compreensão entre empregados e empregadores, digno de todo o reconhecimento, pois em todos os lugares se verifica a satisfação do povo pelo seu trabalho.

Requeiro outrossim uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Delegacia Regional do Trabalho, ao Ministro do Trabalho, Doutor Cesar Prieto e ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da República.

Sala das Sessões em 26 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa, após ouvido o Plenário seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo transcurso do octagésimo segundo aniversário de Clevelândia, que ocorrerá no próximo dia 28 do corrente mês.

Clevelândia, importante célula no contexto paranaense demonstrando com evidência estar acompanhando o grande impulso desenvolvimentista que atinge todo o sudoeste, com suas riquezas naturais, densidade econômica apreciável e recursos provenientes especialmente da agro-pecuária, tem proporcionado cada vez mais condições melhores para empreendimentos e investimentos.

Deve ser registrado com louvor, de modo incontestável, no momento do octagésimo segundo aniversário de sua emancipação política, os homens que com o espírito de luta infatigável característico do pioneirismo e os que continuam labutando, detentores de perseverança e fé, sem esmorecimento, estão conseguindo a transformação que ora se verifica, permitindo, como consequência a definitiva integração daquele Município na dinâmica atual de progressão e modernização.

Requer, outrossim, seja dado ciência do presente Requerimento à Prefeitura de Clevelândia

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Domício Scaramella

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

Considerando que a principal porta de escoamento da produção paranaense vem de se constituir na Rodovia BR-277, trecho Ponta Grossa-Paranaguá; Considerando, que a interiorização dos produtos de consumo o são feitos por esta mesma Via;

Considerando que por ela também está a rota via Itaipu; Considerando que, ainda, por ela estamos ligados à Argentina e Paraguai; Considerando, em consequência, o extraordinário movimento de veículos, impondo congestionamento permanente atrasos enormes, prejuízos de grandes vultos, acidentes em grandes proporções;

Considerando, em resumo, a necessidade inquestionável de se alargar, completar e aperfeiçoar o grande desenvolvimento de uma das mais promissoras regiões do País, na sua afirmação definitiva de expressão do abastecimento nacional e fator somatório de divisas;

Considerando que, por isto mesmo, as Associações Comerciais e Industriais do Paraná, em memorável reunião plenária realizada na cidade de Maringá, nos dias 22 e 23 do corrente mês, houveram por bem, por unanimidade, acolher proposição de apelo neste sentido da Associação Comercial do Paraná. Propõe seja dirigido por esta Augusta Assembléia Legislativa, veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam determinados estudos para a construção imediata de uma auto-estrada (Free-way), entre Ponta Grossa - Paranaguá, a partir do entroncamento das Rodovias do Café e BR-277.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Iris Caldart

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário,

Considerando o total êxito alcançado pela XVIII Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizadas a 22 e 23 do corrente mês, na cidade de Maringá, com resultados altamente positivos à classe empresarial, Comércio e Indústria, consequentemente ao nosso Estado e Nação.

Propõe, por isso mesmo um voto de regozijo e louvor à todas as Associações Comerciais e Industriais ali reunidas especialmente a Federação das Associações Comerciais do Paraná, dando-se ciência ao seu digno Presidente, Senhor João Chabaud Biscaglia, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Iris Caldart

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa seja enviado apelo urgente ao Doutor Arturo Andreoli, Diretor da COPEL, no sentido de que seja procedida a ligação elétrica de Tuneiras D'Oeste, ao Distrito de Canaã, naquele Município, tendo em vista o grande número de moradores que ali residem.

A extensão de luz até Canaã, muito virá beneficiar o laborioso povo que ali reside e proporcionará um grande progresso à região.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. seja encaminhado apelo desta Casa ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, Arnaldo Prieto e ao Ilmo. Sr. Superintendente Regional do I.N.P.S., Roberto Sérgio Corrêa Alves, encarecendo a criação de uma representação do I.N.P.S., no Município de Nova Londrina, ou a transferência da representação sediada em Santa Isabel do Ivaí para aquele Município.

Solicita-se que se envie também cópia do of. n.º 52-74, da Associação Comercial e Industrial dos Municípios da Comarca de Nova Londrina, anexo a este, assim como que se dê conhecimento da iniciativa desta Casa àquela Associação.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA: O Município de Nova Londrina vem apresentando um grande surto de industrialização, decorrendo daí oferecer uma respeitável arrecadação ao I.N.P.S.

Entretanto, a representação do I.N.P.S. mais próxima do Município, fica distante cerca de 30 kms., o que acarreta uma série de sacrifícios aos que necessitam daqueles serviços, além das despesas decorrentes do deslocamento dos interessados.

Justifica-se mais a medida por ser aquela Comarca composta de três Municípios, ou seja, Marilena, Itaúna do Sul e Diamante do Norte.

Será de grande justiça que se crie uma representação do I.N.P.S. em Nova Londrina ou que não sendo isto possível transfira-se a representação de Santa Isabel do Ivaí para aquele Município, pois Santa Isabel do Ivaí poderá valer-se da Representação de Loanda que dista apenas 6 kms.

Sabemos ser objetivo da Superintendência do I.N.P.S. fazer com que a previdência social chegue cada vez mais perto dos beneficiários. Entretanto é óbvio que isto só será alcançado com uma distribuição racional, discriminada de suas agências ou representações.

O atendimento ao nosso apelo, pela Superintendência Regional do I.N.P.S., virá de encontro a um justo anseio daquela progressista comunidade.

Requerimento

Senhor Presidente.

Fortalecendo nossa confiança nos princípios de equidade que norteiam seus atos administrativos, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado vem de atender duas importantes reivindicações formuladas por setores do serviço público.

Em primeiro lugar, como foi anunciado pelo Nobre Líder do Governo nesta Assembléia, mediante o envio de Mensagem que regulariza a situação funcional e revê vencimentos do Oficial de Justiça, cuja penúria caracteriza, na verdade, uma injustiça oficial. Ao atender a recomendação feita pelo Tribunal de Justiça, e defendida por esta Casa, o Governador Emílio Gomes acima de atender uma classe merecedora, preservou a própria dignidade do Estado, na sua missão jurisdicional. Hoje, o Oficial de Justiça de entrância inicial, lotado no Interior, percebe, líquida, a importância de Cr\$ 276,80, e os da Capital pouco mais de Cr\$ 400,00, sendo notória, no meio forense, a necessidade que tem de se amparar em propinas das partes para cumprir mandados judiciais, por lhes faltar, quase sempre, recursos até para pagar a condução e se deslocarem ao local onde o ato de ofício deva ser cumprido. Tal prática vexatória em termos humanos para o Oficial de Justiça, tem a agravante de retardar o andamento de processos onde os autores não possuem recursos ou são órgãos do Estado.

O anteprojeto que revê remuneração do Oficial de Justiça é, pois, de amplo alcance social e terá com certeza, nesta Casa, tramitação rápida e interessada, promovendo-se o Oficial de Justiça a níveis de dignidade funcional compatíveis com a importância de seu ofício.

Como segunda menção fomos informados que Sua Excelência o Governador Emílio Gomes já assinou Mensagem propondo a extensão da gratificação de produtividade aos servidores deste Legislativo, do Judiciário e do corpo funcional do Tribunal de Contas do Estado. Quando se implantou o benefício, para os funcionários do Executivo, fizemos vários apelos a Sua Excelência para que atentasse com a discriminação odiosa. Evidentemente, favorecer apenas aos servidores do Executivo, implicaria não só em privar de ganhos os funcionários de outros Poderes, como em verdadeiro insulto, presumindo, com injustiça, não estejam eles aptos a receber uma gratificação correspondente ao nível de trabalho. Temos aqui nesta Assembléia, como no Judiciário ou no Tribunal de Justiça, funcionários exemplares pela proficiência e dedicação, revoltando que se lhes atribuisse tratamento diferenciado e inferior.

Ao anunciar as duas propostas prestes a serem votadas por esta Casa, queremos portanto realçar a posição digna e elevada do Governador Emílio Gomes. Ouviu os apelos dos interessados, através dos pronunciamentos desta Assembléia, sensibilizando-se com a justiça da argumentação. Nos dois episódios, saiu valorizada a imagem administrativa e humana desse ilustre paranaense, a quem muito deverão os oficiais de Justiça do Estado e os servidores que se venham beneficiar da gratificação de produtividade.

Expostos os fatos o Deputado que adiante subscreve REQUER na forma regimental, ouvida a Casa envie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado um voto de aplauso pelo envio das Mensagens mencionadas, significando tal manifestação um reforço da posição deste Legislativo, visto que daqui partiram os apelos pelas reivindicações, e garantia de que este Poder saberá dar aos assuntos atenção idêntica àquela tributada pelo Ilustre Governador.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

Quando esta Assembléia debate assuntos relacionados com a segurança pública, ficou claro o reconhecimento de que muito da ineficiência atribuída ao setor policial é responsabilidade do próprio Estado, traduzida em baixa remuneração de pessoal, carência de recursos materiais e inadequadas condições de trabalho.

Conforma-se a Casa por outro remédio faltar, em aceitar algumas realidades. Como a de que a má remuneração policial está enquadrada no contexto genérico do funcionalismo. Ou de que o Estado empenha-se como pode em aparelhar a Polícia, através do FUNRESPOL faltando recursos materiais pelo desequilíbrio no confronto dos meios financeiros com o crescimento da população e, consequentemente, da marginalidade.

Não há porque, entretanto, conformar-se em que se dê ao servidor policial — já mal remunerado e desequipado — baixas condições de trabalho. Vimos estampada na imprensa, recentemente, notícia de que o Delegado de Falsificações e Defraudações em Geral instalou seu gabinete em um galinheiro, porque o imóvel alugado para abrigar a Delegacia não dispunha de lugar melhor. No mesmo noticiário foi mostrado que os presos ficavam sentados numa escada, algemados ao corrimão, porque outra acomodação não havia. As próprias denúncias da imprensa levaram a Secretaria de Segurança a consertar a situação, dispondo de outro imóvel. Mas o exemplo serve para enfatizar a importância e o ridículo de fato assemelhado que ocorre, agora com a recém criada Delegacia de Acidentes de Trânsito e Plantão do Detran.

Para instalar a nova repartição, a Secretaria de Segurança alugou imóvel completamente inapropriado, na Rua Francisco Rocha. Tendo essa Delegacia, por força das atribuições, a necessidade de apreender veículos, locou-se casa desprovida de garagens amplas. Em consequência os carros apreendidos ficam estacionados defronte à Delegacia, nos dois lados da rua, cumulando-se a responsabilidade dos policiais na guarda desses veículos em condições tão precárias. Porque, numa cidade onde um Delegado despacha no galinheiro, não será impossível a notícia de ter sido roubado carro depositado na Delegacia de Trânsito.

Não foi só negando condições essenciais de trabalho que errou a Secretaria de Segurança. A Rua Francisco Rocha, como transversal que une vias importantes (Sete de Setembro, Visconde de Guarapuava, Avenida Batel, Vicente Machado, Carlos de Carvalho, etc.), tem em duas mãos de direção, tráfego constante e perigoso. Ora: com o estacionamento público montado defronte à Delegacia de Acidentes, ficou prejudicado o fluxo de tráfego e caímos no contrasenso: a localização da Delegacia de Acidentes de Trânsito prejudica ao tráfego e favorece acidentes.

Se tanto não bastasse, a polícia, com o dever de resguardar a tranquilidade pública, colocou em polvorosa os moradores das adjacências daquela que é uma Zona Residencial assim definida pelo próprio zoneamento da Prefeitura. O movimento constante de automóveis, com roncões e buzinas, porque a Delegacia mantém plantão diuturno, tirou à área condições de tranquilidade e habitabilidade, cuja defesa é responsabilidade do poder público.

Assim sendo, o Deputado que ao final assina, usando atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado Expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado apelando para que determine à Secretaria de Segurança a imediata remoção da Delegacia de Acidentes de Trânsito e Plantão do Detran, do imóvel que hoje ocupam, na Rua Francisco Rocha, para outro mais apropriado, com amplas garagens e em local que não prejudique o tráfego ou moleste moradores de zona residencial. Assim agindo, estará Sua Excelência preservando a eficiência da organização policial. Ou melhor: impedindo que esta crie riscos e queixas, quando a razão primeira do poder de polícia do Estado é garantia de segurança e tranquilidade da população.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 98-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica a Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, autorizada a executar, pelo seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, reparos de pequena monta e assim considerados como tais em casos caracterizados como de emergência nos estabelecimentos e instituições particulares de amparo à infância, à maternidade à velhice, à invalidez e as instituições congêneres declaradas de utilidade pública.

Parágrafo Primeiro — Os reparos a que alude este artigo, serão procedidos, observadas as prioridades previstas na programação do Órgão Executor;

Parágrafo Segundo — As despesas para o atendimento no disposto na presente Lei, correrão à conta do sub-elemento 3.1.3.0.06 (reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis e imóveis) do orçamento próprio do Departamento de Edificações e Obras Especiais na dependência da disponibilidade financeira, no referido sub-elemento.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Borsari Neto

JUSTIFICATIVA

Consoante informações que me tem sido diretamente prestadas pelas instituições particulares de assistência à maternidade, à infância, à velhice, à invalidez, são poucas as que tem a ventura de receber auxílios em forma de reparos do Estado, apesar de todo o esforço deste, de forma considerada satisfatória.

O merecimento pelos êxitos colhidos ao longo de anos de caridade prestadas por estas instituições, sempre lutando com as maiores dificuldades, quer de instalações, quer de pessoal, faz delas um autêntico auxiliar da administração pública estadual merecedor de nossa especial atenção.

O trabalho anônimo e ordeiro dessas instituições, é do mais alto valor social e humano, devendo por isso mesmo, receber dos Poderes Públicos, toda a sorte de atenção e de assistência.

O esforço de cada uma destas entidades, para diminuir o sofrimento de nossos semelhantes é indiscutível e cabe ao Estado, dar a elas todo o apoio necessário, para que não desanimem, neste trabalho extraordinário de recuperação e atendimento aos nossos irmãos menos favorecidos pela sorte.

Visando colaborar com essas entidades oferecemos o anexo Projeto de Lei cuja base legal está consubstanciada nos artigos 125, 127 e 131 da Constituição Estadual, onde se consignou que o Estado assegurará, no âmbito de sua competência, proteção, assistência e recuperação, aos desajustados à vida coletiva e especialmente à infância à adolescência e à velhice.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente requiro a chamada nominal, para verificação de número legal.

O SR. PRESIDENTE — Deiro o Requerimento de verificação de número legal.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 24 Srs. Deputados. Há número legal.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Borsari Neto primeiro orador inscrito.

O SR. BORSARI NETO — Consoante informações que me tem sido diretamente prestadas pelas instituições particulares de assistência à maternidade, à infância, à velhice à invalidez, são poucas as que tem a ventura de receber auxílios em forma de reparos do Estado, apesar de todo o esforço deste, de forma considerada satisfatória.

O merecimento pelos êxitos colhidos ao longo de anos de caridades prestadas, por estas instituições, sempre lutando com as maiores dificuldades, quer de instalações, quer de pessoal, faz delas um autêntico auxiliar da administração pública estadual merecedor de nossa especial atenção.

O trabalho anônimo e ordeiro dessas instituições é de mais alto valor social e humano, devendo por isso mesmo, receber dos Poderes Públicos, toda a sorte de atenção e de assistência.

O esforço de cada uma destas entidades, para diminuir o sofrimento de

nossos semelhantes, é indispensável e cabe ao Estado, dar a elas todo o apoio necessário, para que não desanimem, neste trabalho extraordinário de recuperação e atendimento aos nossos irmãos menos favorecidos pela sorte.

Visando colaborar com essas entidades oferecemos Projeto de Lei lido no expediente, e cuja base legal está consubstanciada nos artigos 125, 127 e 131 da Constituição Estadual, onde se consignou que o Estado assegurará, no âmbito de sua competência, proteção, assistência e recuperação aos desajustados à vida coletiva e especialmente à infância, à adolescência e à velhice.

Assim, justificado o presente Anteprojeto de Lei, levo a consideração dos Srs. Deputados, esperando apoio.

Obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iris Caldart, segundo orador inscrito.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos no sábado e no domingo na cidade de Maringá, assistindo e colaborando numa 12.a Reunião Plenária das Associações Comerciais e Industriais do Estado do Paraná, conclavando que teve o patrocínio da Federação das Associações Comerciais e que se revestiu de pleno êxito, com resultados positivos para a classe empresarial de nosso Estado. Neste conclavado foram apresentadas e discutidas e aprovadas 27 teses de suma importância ao desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. Por isso mesmo, estamos apresentando na oportunidade, através de Requerimento, um voto de regozijo e aplausos à Federação das Associações Comerciais do Paraná, e às Associações Comerciais e Industriais do nosso Estado, pela realização e pelo êxito deste conclavado.

Estamos encaminhando à Mesa também, um requerimento que diz respeito ao tema principal discutido naquele conclavado, e que diz respeito a um apelo que já foi enviado pelas Associações Comerciais e Industriais do Paraná, através da Federação das Associações Comerciais, ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que se tome providências, se procedam estudos e se implantem com urgência, o início das obras de uma auto-estrada, um "free-way" que ligará, cremos que 90% do Estado do Paraná, ao nosso Porto, um dos principais portos do Brasil, Paranaguá, que seria o entroncamento da Rodovia do Café e BR-277, passando por Ponta Grossa, Curitiba e Maringá.

É desnecessário, Srs. Deputados, tecermos considerações a respeito da importância, do valor extraordinário desta rodovia que ligará praticamente quase todo o Estado do Paraná, ao Porto. Descongestionando este extraordinário volume de trânsito, a causar prejuízos fantásticos, fabulosos à economia paranaense. Além de ser um dos grandes motivos de registrarmos diariamente, algumas dezenas de acidentes naquela rodovia.

Da mesma forma, que aquele conclavado, nós pedimos à esta Casa, que aprove o Requerimento que estamos submetendo à Casa, para ser dirigido ao Sr. Ministro dos Transportes, corroborando, consubstancialmente, aquela manifestação da Plenária, em Maringá.

Era, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que nós propunhamos na tarde de hoje. Um voto de regozijo pela realização daquele conclavado, salutar positivo, de grande incentivo para a classe empresarial do nosso Estado. É um Requerimento que é paralelo, ao aprovado naquela Plenária, solicitando ao Sr. Ministro dos Transportes, providências para a implantação desta auto-estrada, que é o entroncamento da Rodovia do Café e BR-277 até o Porto de Paranaguá. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nós recebemos neste momento, uma solicitação do Sr. Presidente da Associação Comercial e Industrial da Comarca de Nova Londrina.

Este ilustre Presidente, Olívio Matoso da Silva é nosso companheiro de muitos anos e assim como ele, representamos também uma Associação Comercial que é a de Londrina. E pediu ele que nós, na qualidade de Deputado, viessemos a esta Tribuna e daqui desta Casa fizéssemos um apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social e à Superintendência do INPS, Dr. Roberto Correia Alves, encarecendo a necessidade da criação de uma representação do INPS no Município de Nova Londrina.

Ele faz uma exposição bastante longa, como Presidente da Associação Comercial e Industrial de Nova Londrina; vários considerandos, entre eles, dizendo que o órgão mais próximo de Nova Londrina, está na cidade de Loanda, que dista 30 quilômetros; e considerando as vias de acesso que não são das melhores. E às vezes, necessário se faz que um beneficiário vá três ou 4 ou 5 vezes até Loanda para que tenha o seu pedido atendido. E, considerando também que a cidade de Nova Londrina, hoje sendo já um pequeno Centro Industrial, com uma indústria de laticínios, com um recolhimento do INPS de 10 milhões antigos, mensal; diversas indústrias de madeira, duas fábricas de amido de mandioca e de araruta, que absorvem aproximadamente 250 toneladas de mandioca diariamente. "Uma das nossas indústrias, apenas, como exemplo, recolhe aproximadamente 23 mil cruzeiros mensais". E ele se alonga nos seus considerandos e nos solicita que se faça então desta Tribuna este apelo. Como Presidente também de uma entidade de classe, como ele para que o INPS faça criar em seu Município um órgão previdenciário do INPS.

Então, Sr. Presidente, é o Requerimento que fazemos ao Sr. Ministro, devido as distâncias, as dificuldades para um atendimento de uma vasta região como esta, de Nova Londrina, enfim uma solicitação, de uma região que não é nossa, politicamente falando mas que é uma solicitação de um companheiro colega Presidente como nós de uma entidade de classe, que nos faz por escrito esta solicitação. Creio que o Sr. Ministro irá levar em conta esta solicitação e nós iremos pessoalmente procurar o Dr. Roberto Correia Alves, Superintendente do INPS em Curitiba, para que ele também se interesse por esta criação.

Gostaria também, nesta oportunidade, de me congratular com o nobre Deputado Iris Caldart, pelo seu pronunciamento e lamentar que já com o compromisso que tínhamos este fim de semana, delegamos poderes ao representante nosso que também teve um imprevisto, não pode comparecer à esta reunião das Associações Comerciais na cidade de Maringá. Mas, pelos jornais, pudemos saber dos resultados e reivindicações, as mais justas, e esperamos que esta grande reivindicação da "Free Way", para o escoamento para Paranaguá das safras abundantes do Paraná, seja uma realidade. O que nós estamos verificando é que são as entidades comerciais e industriais no Paraná, todas reunidas, neste mesmo propósito, junto com a classe política, para que o Paraná seja servido de estradas e possa produzir mais e possa também escoar com rapidez aquilo que produz.

Portanto, esteve muito bem representada esta Casa com a presença de

V. Exa. E todos nós aqui estaremos aprovando a solicitação da Associação, que é das mais justas porque é em benefício do Paraná que se faz esta reivindicação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267-73 de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 101-73, que cria no Quadro Próprio do Corpo Instructivo do Tribunal de Contas do Estado, os cargos isolados em Comissão que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA, com EMENDA DE PLENÁRIO. — Em discussão.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente pedimos a palavra, pela ordem, porque desejamos entrar com um Requerimento vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, invocando o Art. 177, do Regimento Interno, que reza:

Durante a discussão de qualquer proposição qualquer Deputado poderá requerer o adiamento da votação, que só será concedido por prazo previamente determinado, digo fixado.

Requer, respeitosamente, o adiamento do Projeto de Lei n.º 267-73, por 10 (dez) dias.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Arthur de Souza".

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o nobre Deputado Arthur de Souza invocou o artigo 177 de nosso Regimento Interno para solicitar o adiamento da discussão e votação da matéria, por um prazo de 10 dias.

Observamos, Sr. Presidente, que o parágrafo único do artigo invocado por S. Exa. determina que "os Projetos de prorrogação ou de adiamento da Sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes não admitirão adiamento de votação".

A matéria que está sendo objeto de discussão está em regime de urgência, requerido já há alguns dias. Desde que aprovado pelo Plenário e estando em regime de urgência, de acordo com o parágrafo único do artigo 177, não se admite qualquer adiamento à sua discussão e votação.

Era o que, em questão de ordem, queria dizer.

O SR. PRESIDENTE — Em resposta às questões de ordem formuladas pelos Deputados Arthur de Souza e Ivo Thomazoni, cumpre a esta Presidência dizer que indefere o Requerimento formulado pelo Deputado Arthur de Souza, exatamente com fundamento no § único do artigo 177, que diz "Os Projetos de prorrogação ou de adiamento da Sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes não admitirão adiamento de votação".

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, da decisão sábia de V. Exa. recorro ao Plenário, para que o mesmo se pronuncie.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido formulado pelo nobre Deputado Arthur de Souza, e submeto a discussão o Requerimento do nobre Deputado Arthur de Souza pedindo o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei n.º 267-73, por 10 dias.

Em discussão o Requerimento. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Arthur de Souza, nosso eminente companheiro de Bancada, tem, para fundamentar o seu Requerimento pedindo adiamento do Projeto de Lei n.º 267-73, o argumento de que o presente Plano de lei merece maiores estudos por parte de S. Exa. o Sr. Deputado Arthur de Souza e por parte da Casa.

Ocorre, Sr. Presidente, que não se está votando o referido Projeto de Lei de Afogadilho, porque a Mensagem veio à esta Casa a 06-11-73. É bem verdade que antes do término da Sessão Legislativa do ano passado, pretendeu-se urgenciar a tramitação da Mensagem 101-73, mas essa pretensão ficou suscitada para merecer maiores estudos no presente ano legislativo. E a Mensagem teve a sua tramitação normal, com audiência das Comissões técnicas. E, Sr. Presidente, durante o estudo da matéria, oferecemos uma emenda que foi discutida e aprovada pelo Plenário, emenda essa que reduzia os cargos anteriormente propostos pela Mensagem governamental. A nossa emenda reduziu seis cargos o que representa uma redução nas despesas inicialmente propostas.

A Mensagem enfatiza a necessidade da aprovação da matéria, considerando-se que a doutrina administrativa do Tribunal de Contas, visando a economia do erário estadual, era favorável a supressão dos cargos por nós propostos. É também verdade, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas, para ter maior mobilidade no estudo da matéria volumosa que tem sob sua responsabilidade, necessita desta nova estrutura. Razão pela qual, apelo aos Srs. Deputados da Arena e do MDB para que rejeitem o Requerimento de autoria do nobre Deputado Arthur de Souza e já tido pelo Sr. Presidente como não regimental, para que votemos a matéria, porquanto estamos apenas à duas Sessões do término do período antes que entremos em recesso. Caso contrário, só voltaríamos a analisar a presente proposta no mês de agosto, com visíveis prejuízos para o órgão que pretende esta nova estrutura para dar melhor atendimento às partes interessadas, no caso a fiscalização da coisa pública e a aprovação dos pareceres prévios das contas municipais.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Arthur de Souza, queiram se conservar como estão. — Rejeitado.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o Requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento, queiram se levantar. 5 aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam o Requerimento, queiram se levantar. 13 rejeitam. Não há quorum para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados. Em votação a decisão da Mesa. — Aprovada.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, nós queríamos apresentar uma Emenda ao Projeto e esta Emenda está vasada assim:

"O Deputado que esta subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, invoca o artigo n.º 87 — parágrafo 4.º — do Regimento Interno, que diz textualmente:

"Se forem apresentadas Emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão competente para o respectivo parecer, e oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia".

Requer, considerando que foi apresentada Emenda, não nas Comissões mas em Plenário que, o Projeto de Lei n.º 267-73 seja concomitantemente, remetido à Comissão de Finanças para que a mesma se pronuncie sobre a matéria".

Sr. Presidente, nós estamos insistindo nisto porque este Projeto de Lei — é preciso que os nossos colegas atentem para o fato — despertou até a atenção do SNI, porque ele tem caráter de sinecura, que, esteve aqui nesta Casa e colocou Emenda restritiva ao Projeto.

Porisso insistimos que o Projeto, que recebeu Emendas até aqui, tínhamos pedido adiamento e reconhecemos que o adiamento não era possível de ser aprovado e V. Exa. decidiu bem, mas estamos agora pedindo que a Comissão seja ouvida sobre a emenda que aumenta a despesa, porque a emenda foi apresentada sem assinaturas de 5 Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. faltou com a verdade.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Quando eu olhei não havia visto. O Regimento exige duas vezes, seja aprovada por cinco e apresentada por membro da Comissão. Não foi. Foi apresentada em Plenário. Estamos pedindo que a Comissão seja ouvida para que não tenhamos que recorrer ao Judiciário, retardando o seu andamento. Estamos requerendo o pronunciamento da Comissão e esperamos que nossos colegas deem apoio.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Quero crer que o nobre Deputado está completamente enganado na argumentação. Primeiro afirmou S. Exa. que a emenda não tinha o apoio regimental. Não é verdade. O Artigo 142 do nosso Regimento Interno diz: As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único. Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por 5 Deputados.

Sr. Presidente observe-se que a minha emenda ao dar entrada, está devidamente apoiada, além da assinatura do subscritor autor da emenda, por mais 5 Deputados. Uma assinatura, além da exigida regimentalmente e a emenda, Sr. Presidente, foi objeto de deliberação quando em 2.ª discussão foi aprovada pelo Plenário. Não vejo, portanto, razão nenhuma para que se invoque dispositivo regimental, considerando a tramitação não correta. Quero crer que S. Exa. também está equivocado ao dizer que a emenda aumenta a despesa. A emenda diminui sensivelmente a despesa porque suprime seis cargos, a Mensagem governamental propõe a criação de 29 cargos, a minha emenda reduz para 23 cargos. Suprimimos quatro cargos 1-C e 4 3-C. É medida de economia e se é verdade que algum órgão de segurança pretende informações, obterá informações e, se é verdade que subscrita a emenda até restritiva quanto aos seus gastos, é porque tinha convicção que ela até hoje está devidamente apoiada pelos Srs. Deputados, subscrita pelo Plenário que deliberou, pelo Governador, que em entendimento com o Presidente do Tribunal de Contas, aceitou a redução dos cargos, considerando que o n.º 23 cargos era e são o número suficiente para dar mobilização necessária que o Tribunal de Contas necessita dentro desta sua nova estrutura. Era, dentro desta questão de ordem, os esclarecimentos que desejava dar a V. Exa., além de agradecer a justiça que V. Exa. decidiu a questão de ordem do Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em primeiro lugar o Sr. Líder da Bancada diz que a sua Emenda estava apoiada e que foi passível de deliberação do Plenário, S. Exa. estava com a razão, mas a deliberação do Plenário aceitou a emenda apresentada e não é o Plenário que tem que se pronunciar. O Projeto de S. Exa. diz que não aumenta despesa. Ora, se o projeto cria cargos, automaticamente, se a emenda suprime os cargos não haverá aumento de despesas. V. Exa. veja o seguinte:

A Lei é clara quando diz:

"Se forem apresentadas emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos membros de qualquer Comissão estas serão remetidas à Comissão competente para o respectivo parecer e oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia".

Como se vê não é só de cinco membros do Plenário.

O Artigo 87 no seu § 4.º é claro. Para facilitar transcrevi o Artigo no seguinte teor:

"Se forem apresentadas emendas, que não estiverem assinadas pela maioria dos membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão para o respectivo parecer, que oferecidos estes, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia".

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem)

(Lê novamente o Art. 87 — § 4.º)

É claro, Sr. Presidente, quando a emenda é apresentada na Comissão técnica, este não é o caso, será remetida à Comissão Competente o respectivo parecer.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Eu apenas estou pedindo para que a emenda seja apreciada...

O SR. IVO THOMAZONI — Depois de ter oferecido emendas em primeira discussão, é que deu entrada no Plenário. E só em segunda discussão é que foi objeto de discussão e votação.

O Plenário na Sessão de ontem apreciou a emenda em 2.ª discussão. V. Exa. Sr. Presidente, submeteu à discussão votação, e o Plenário, por unanimidade, a aprovou. E só.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Não estamos absolutamente invocando o fato do Plenário ter ou não aprovado. Estamos discutindo o fato de que as Comissões é que devem decidir. O que nós queremos é que a Comissão tome conhecimento da matéria. E está claro.

(Lê novamente o Art. 87 — § 4.º)

E sobre esta tecla é que nós estamos visando.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente,

Data vênio, no impedimento do Deputado Arthur de Souza, quero afirmar que S. Exa. está falando sobre matéria vencida. S. Exa. está se opondo à votação de uma emenda que já foi aprovada em segunda discussão. A emenda não é mais objeto de discussão e votação, ela é parte integrante do Projeto, porquanto foi discutido, votado e aprovado em 2.ª discussão. E hoje ele está em 3.ª discussão no bojo do Projeto, desde que aprovado ontem.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo às questões de ordem formuladas pelo nobre Deputado Arthur de Souza e Ivo Thomazoni, esta Presidência decide em não mais fazer retornar a emenda à Comissão, porquanto considera matéria vencida, em face de ter sido objeto de deliberação em segunda discussão.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) Sr. Presidente, estarrecido com a decisão de V. Exa. eu mais uma vez, data vênio, requeiro para o Plenário, da decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência acata a questão de ordem e devolve ao Plenário o poder de deliberar sobre a decisão da Mesa.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa queiram se conservar como estão. — Aprovada

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem. Vai se proceder a verificação.

13 Srs. Deputados aprovam

4 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu perguntaria como votam o Sr. Líder da Arena, e o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a questão de ordem, a Mesa indaga do Sr. Luiz Roberto Soares, como Vota.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Com a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa indaga ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior como Vota.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, é um tanto comovedor pela insistência do Líder do Governo, que eu manifestasse meu voto, que numa homenagem a ele, quero dizer que voto juntamente com S. Exa. pela aprovação da decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — 15 Srs. Deputados votaram pela decisão da Mesa, aprovando-a e 4 rejeitando a decisão da Mesa. Portanto, votaram 19 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que determine a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem do Deputado Ivo Thomazoni. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 26 Srs. Deputados. Há quorum para votação. Esta Presidência submete à votação a deliberação da Mesa. Os que a aprovam, queiram ficar como estão. Aprovada.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, queremos apresentar o seguinte Requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente,

No uso de suas prerrogativas regimentais o Deputado adiante assinado, Considerando:

1 — que, foi apresentada Emenda restritiva ao Projeto de Lei n.º 267-73;

2 — Que, esta Emenda não foi apresentada por membro de Comissão, durante reunião desta, mas sim em Plenário, sem o apoio de cinco assinaturas;

3 — Que, para um pronunciamento menos precipitado tem esta Casa a necessidade de mais estudo do Projeto e suas Emendas;

Requer:

Com fundamento no Art. 146, do Regimento Interno, em seu § 2.º (parágrafo segundo), que diz textualmente:

Art. 146 — § 2.º — Quando pelo número, ou importância das Emendas oferecidas em segunda discussão se tornar difícil o pronunciamento imediato da Assembleia, o Presidente, a requerimento de qualquer Deputado, enviará o Projeto à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos, sem sofrer, porém, discussão especial.

Que, seja o Projeto 267, e as Emendas apresentadas, ou Emenda apresentada, para o caso de ser uma só, sejam remetidos à Comissão competente.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) — Arthur de Souza".

É o requerimento, e vamos apresentar emendas criando cargos.

O SR. IVO THOMAZONI — Não estamos criando cargos; estamos restringindo.

O SR. PRESIDENTE — O Requerimento apresentado pelo Deputado Arthur de Souza fundamenta-se no § 2.º do artigo 146 do Regimento Interno, que diz textualmente: "Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas em segunda discussão, se tornar difícil o pronunciamento imediato da Assembleia, o Presidente, a requerimento de qualquer Deputado, enviará o projeto à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer, porém, discussão especial".

Em consequência, verificamos que o § 2.º se refere unicamente à 2.ª discussão.

Ora, em se tratando de 2.ª discussão deliberada pelo Plenário, esta Presidência indefere o pedido do nobre Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, recorro da decisão de V. Exa., ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Por ato de liberalidade desta Mesa, admitimos o recurso ao Plenário.

Os Srs. Deputados que decidirem de acordo com a deliberação da Mesa queiram conservar-se como estão. — Aprovada a deliberação da Mesa.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a verificação).

21 Srs. Deputados votam com a deliberação da Mesa, 4 votam contra. — Aprovada a deliberação da Mesa.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, desejamos apresentar, ao Projeto uma emenda, emenda que suprime cargos e que apreciada em 2.ª discussão deverá ser enviada às Comissões competentes.

O SR. IVO THOMAZONI. — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, o nobre Deputado Arthur de Souza pretende retardar a votação da matéria e está usando todos os expedientes regimentais e antiregimentais. O Regimento Interno está claro quando isenta da audiência das Comissões técnicas as emendas apostas a projeto de lei quando não aumentam despesa.

Portanto, o nosso ponto de vista é de que se vote hoje a matéria.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência suspende a Sessão por 5 minutos, para que o nobre Deputado elabore sua emenda.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Grato pela liberalidade.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão. O Deputado Arthur de Souza apresentou emenda com o seguinte teor: — (Lê):

“Emenda ao Projeto de Lei n.º 267-73.

Suprimam-se dois cargos de assessor da Diretoria do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1974.

(a) Arthur de Souza”.

A referida emenda está devidamente apoiada.

Em votação a emenda do nobre Deputado Arthur de Souza. — Aprovada.

Em votação a emenda substitutiva do nobre Deputado Ivo Thomazoni. — Aprovada.

SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

Em votação a Emenda Substitutiva apresentada pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni; 15 Senhores Deputados APROVAM, 1 Senhor Deputado REJEITA. Não há quorum para deliberação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) — Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados, para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O Sr. 1.º — Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados, para verificação de quorum.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

29 Srs. Deputados responderam a chamada. Com a presença de 29 srs. Deputados, tendo, em consequência número para a votação, submeto, novamente, à deliberação do Plenário a emenda, do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram permanecer como estão. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda queiram se levantar.

O SR. PRESIDENTE — 22 Srs. Deputados aprovam a emenda.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) — O Sr. Presidente. Tenho muito respeito pelo Sr. Deputado Arthur de Souza, ele é um excelente companheiro de Partido, é um grande amigo, nós o respeitamos. Mesmo porque é S. Exa., um estudioso do nosso Regimento Interno. Um deputado que sempre mereceu e merecerá sempre, além do acatamento da Liderança, o respeito e a amizade dos Srs. Deputados. Mas, S. Exa. hoje, Sr. Presidente, está irritando os seus colegas com os sucessivos pedidos de verificação de votação, quando as reiteradas chamadas nominais atestam quorum necessário para a deliberação. Isso faz com que S. Exa. se torne impertinente. Então, eu pediria a S. Exa. o Sr. Deputado Arthur de Souza, que para terminar com o episódio, já que ele deseja que se vote nominalmente a matéria, para que não se jogue para cima de qualquer dos colegas a pecha de má fé, segundo ele pretende, em afirmar que os Srs. Deputados votam a favor e votam contra, para dar número. Tanto não é verdade, porque a chamada nominal registrou 29 presenças.

Se for o caso, nós votaremos nominalmente, identificando o Deputado na primeira votação, desde que S. Exa. se comprometa em não pedir mais verificação de votação. Porque se não nós vamos noite a dentro e não vamos decidir coisa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, eu lamento que quando no juízo expediente da vida parlamentar, S. Exa. o próprio Deputado que levantou a questão de ordem, meu prezadíssimo Líder, sempre reconheci, e com quem sempre votei nesta Casa. Eu lanço um repto para que S. Exa. me desdiga, e taxe no momento em que eu, como Parlamentar, usando das minhas atribuições do Regimento Interno, sem me afastar do Regimento Interno no momento sequer, diga ele que estou sendo insistente, persistente, isto graças a Deus, é da vida parlamentar. A vida parlamentar existe ainda no Brasil, graças a Deus.

S. Exa. está apresentando sugestão para chamada nominal. Não sei se me torne mais insistente, e mais até... eu não encontro termos, porque não acredito que os termos pejorativos que me foram atribuídos, eu os mereço, e mais irritantes etc..

Como disse, não só na vida parlamentar, mas na vida de advogado, sempre tive no exercício da função, de lançar quantas vezes, em defesa de um réu, de lançar estes artifícios. De modo que são perfeitamente regimentais.

Sr. Presidente se é um Requerimento do Deputado Ivo Thomazoni que a votação se faça por chamada nominal, eu acato; caso contrário, não requeria isto.

O SR. PRESIDENTE — 22 Srs. Deputados aprovam a emenda. 2 Srs. Deputados rejeitam a emenda. Esta Mesa dá a emenda por aprovada.

Emenda de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza. Em votação. Rejeitada.

O SR. ARTHUR DE SOUZA: (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem. Srs. Deputados que rejeitam a emenda do Sr. Deputado Arthur de Souza queiram levantar-se. 19 Srs. Deputados rejeitam. 6 aprovam. — Rejeitada a emenda.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná, “SUCEUSU”, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., Em REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Rolândia, as datas de terra de números 4 a 19, da quadra n.º 40 da Planta Geral da referida cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 27-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, as datas de terra sob os números 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 e 19 da quadra n.º 40 da planta geral da cidade de Rolândia, de propriedade do Estado do Paraná, onde a referida entidade está construindo o Instituto de Orientação e Reabilitação da Criança Excepcional. As referidas datas de terra estão registradas no Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Rolândia, no livro 3/H, sob o n.º 6.398, às fls. 56, em data de 17 de julho de 1968.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1974.

(a) XENOFONTE VILLANUEVA

JUSTIFICATIVA: O objeto da doação pretendida é regularizar a situação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, APAER, que está construindo na referida área de terras um imóvel com mais de 3.800 m², destinado ao atendimento regional de excepcionais. Esta entidade reconhecida de utilidade pública estadual, registrada no C.N.S.S. do Ministério de Educação e Cultura, necessita comprovar a existência das construções realizadas nesta área, bem como a sua propriedade a fim de realizar convênio com o Governo da República Federal da Alemanha, para receber verbas e equipamentos já prometidos através de correspondência trocada.

O terreno em questão, localiza-se em frente ao cemitério municipal de Rolândia, em local portanto inadequado a outras ocupações. Nele já está construído o imóvel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, e somente com a autorização da Assembléia Legislativa a doação a que se refere o ante-projeto, poderá ser concretizada.

Espera o Deputado que este subscreva, tenha a presente matéria acolhida nas Comissões e no Plenário, por envolver assunto que trará reais benefícios à crianças marginalizadas pelo próprio destino e que poderão encontrar no Instituto de Orientação e Reabilitação da Criança Excepcional de Rolândia, uma esperança de melhor integração em nossa sociedade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 27-74

Subscrito pelo deputado XENOFONTE VILLANUEVA, o Projeto de Lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a doar à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ROLÂNDIA, vários lotes de terrenos, especificados na proposição, de propriedade do Estado e localizados naquela cidade.

Por ser justa a pretensão e se tratar de mera autorização legislativa, entendo que a matéria está em condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Quilse Crisóstomo da Silva

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 27-74, de autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DA CIDADE DE ROLÂNDIA, as datas de terra de números 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 e 19, da Quadra n.º 40, da Planta Geral da cidade de Rolândia, pertencente e de propriedade do Estado do Paraná, e dá outras providências.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça já pronunciou-se em R. Parecer de fls., nos Autos, quanto à constitucionalidade e jurisdição da matéria e esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, também não vê como deixar de opinar favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha, pelo seu relevante significado social.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1974.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Deputado João C. Fadel

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER ao Projeto de Lei n.º 27-74

I — Subscrito pelo nobre deputado Xenofonte Villanueva, visa o presente Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, vários lotes de terrenos, especificados, de propriedade do Estado e localizados naquela cidade.

2 — Quanto aos aspectos de ordem legal, constitucional e financeiro esta proposição já mereceu pareceres favoráveis das ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — A finalidade do presente Projeto, como preconiza o ilustre autor, é regularizar a situação da referida Associação, que está construindo naquela área um imóvel com mais de 3.800m², destinado ao atendimento regional de excepcionais, bem como a comprovação de sua propriedade, a fim de realizar convênios com o Governo da República Federal da Alemanha, para receber verbas e equipamentos já prometidos através de correspondências.

4 — Quanto ao mérito que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento na APROVAÇÃO da proposição ora proposta. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

DOMICIO SCARAMELLA

PRESIDENTE

ALVARO DIAS

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30-74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Rolândia, a data de terra n.º 16 da quadra 69 da Planta da referida cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis a C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 30-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica doado à Prefeitura Municipal de Rolândia a data do terras sob o n.º 16 da quadra 69 da planta da cidade de Rolândia, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, conforme registro no Cartório do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, no Livro 3-B sob o n.º 1933 às fls. 145, em data de 07-03-1955.

Art. 2.º — A doação destina-se a construção de anexo, para a residência de zelador, não podendo ser alienado a qualquer título.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 4 de abril de 1974.

XENOFONTE VILLANUEVA

JUSTIFICATIVA: O lote de terras motivo da presente doação, com apenas 812m2, desde 1955, portanto há quase 20 anos, jamais foi utilizado pelo Governo do Estado, tendo a Prefeitura Municipal se encarregado de sua limpeza e manutenção, sendo que o asfalto executado na rua em frente ao mesmo, não foi pago pelo Governo do Estado, tendo a Câmara Municipal isentado o mesmo deste débito. Pretende a Prefeitura Municipal nele construir edificação de alvenaria e de tijolos para uso próprio. Pelas razões expostas, não se encontrando melhor serventia para o mesmo é justificável a doação a quem dele tenha necessidade, ou seja a Prefeitura Municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 30-74

Assinado pelo ilustre deputado XENOFONTE VILLANUEVA o presente Projeto de Lei visa doar ao Município de Rolândia um lote de terreno de propriedade do Estado, localizado naquela cidade, para fins que especifica.

Examinando a matéria, entendo que a mesma poderá ser aprovada pela Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1974

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

ERONDY SILVÉRIO

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 30-74

PARECER

Propõe o nobre Deputado Xenofonte Villanueva, pelo presente Projeto de Lei, doar à Prefeitura Municipal de Rolândia a data de terras sob n.º 16 da quadra 69 da planta da cidade de Rolândia, de propriedade do Governo do Estado, conforme registro no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, anexo ao Projeto.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pela aprovação da medida.

No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto financeiro, não há razão para negar a pretendida doação, pelo que opino pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. Ilegíveis)

COMISSÃO DE TERRA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 30-74

Autor: — Dep. XENOFONTE VILLANUEVA

NO MERITO

O Projeto de Lei em pauta, que já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta Assembléia, por tratar de medida justa e oportuna, de vez que o terreno especificado não vem sendo utilizado pela administração estadual, deve merecer aprovação por parte desta Comissão.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

Domicio Scaramella — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. Ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49-74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Irmandade do Hospital de Caridade", da cidade de Irati. Parecer favorável da C.C.J.

PROJETO DE LEI N.º 49-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a IRMANDADE DO HOSPITAL DE CARIDADE DE IRATI, com sede e foro no Município de Irati, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6-5-74.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA

A Irmandade do Hospital de Caridade de Irati, que se pretende declarar de utilidade pública pelo presente projeto de lei, é registrada no Cartório

Agulham Junior sob n.º 24, às folhas 20 do Livro A-1 de Irati, e tem por sua principal e básica finalidade o exercício da caridade, em justa compreensão de solidariedade humana, provendo direta e indiretamente a prática dessa sublime virtude, para o que mantém e desenvolve seus serviços hospitalares destinados a recolher e tratar gratuitamente os enfermos desvalidos sem distinção de crença religiosa, política, idade, sexo ou nacionalidade.

A totalidade das rendas apuradas pela referida entidade são destinadas às atividades de assistência médico-social gratuita e na manutenção e conservação de suas obras sociais.

Por último salienta-se que a Irmandade não concede remuneração a seus dirigentes, mantenedores, sócios ou irmãos.

Este é o plano de lei que, esperamos, seja acolhido pelos nossos ilustres Pares e, finalmente obtenha sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 49-74

Autor: — Dep. JOÃO MANSUR

O ilustre Deputado João Mansur com o presente plano de lei, pretende declarar de utilidade pública a IRMANDADE DO HOSPITAL DE CARIDADE DE IRATI, com foro e sede na cidade do mesmo nome.

Formalmente e juridicamente está o projeto em condições de ser acolhido pela Casa.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Borsari Netto

(Ass. Ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73-74, de autoria do Dep. Paulo Poli que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Confederação Umbandista do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J.

PROJETO DE LEI N.º 73-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Confederação Umbandista do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1974.

(a) Paulo Poli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 73-74

1) — A entidade objeto deste Plano de Lei preenche os requisitos da Lei estadual n.º 4.399, de 17 de agosto de 1961:

- a) — constitui-se no país;
- b) — tem personalidade jurídica;
- c) — está em efetivo funcionamento há mais de um ano;
- d) — os cargos de sua Diretoria não são remunerados;

2) — Assim sendo, nenhum impedimento existe para antepormos ao Projeto, o qual é legal e constitucional.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17-6-74

(Ass. Ilegível) — Presidente

(Ass. Ilegível) — Relator

(Ass. Ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em voto de aplauso pelo envio a esta Casa, das Mensagens referentes a gratificação de produtividade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo a todas as Associações Comerciais e Industriais, reunidas em Maringá, pelo êxito alcançado pela XVIII.ª Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 82.º aniversário de Clevelândia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam determinados estudos para a construção de uma auto-estrada, entre Ponta Grossa — Paranaguá, a partir do entroncamento das Rodovias do Café e BR-277. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine à Secretaria de Segurança a imediata remoção da Delegacia de Acidentes de Trânsito e Plantão do Detran, do imóvel que hoje ocupam para outro mais apropriado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raul Correia Sobrinho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Erma Kleinz Moletta. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Assistência Social, bem como ao Sr. Superintendente Regional do I.N.P.S., encarecendo a criação de uma representação do referido órgão, no Município de Nova Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Deputado Flávio Giovine, pela realização na Câmara dos Deputados de uma mesa-redonda entre os Srs. Parlamentares e homens ligados à cafeicultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário da Saúde Pública, bem como aos elementos de sua equipe, pelo brilhantismo e total êxito alcançado na "Segunda Jornada de Medicina Preventiva" realizada em Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Paraná, pela dedicação e eficiência com que tem se conduzido frente aquele órgão Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor da Copel, no sentido de que seja procedida a ligação elétrica ao Distrito de Canaã, Município de Tuneiras d'Oeste. — **Aprovado.**

Esta Presidência informa que amanhã, dia 28, às 9,00 horas será celebrada por Dom Albano Cavallin, Bispo Auxiliar de Curitiba, a Comunhão Pascal dos Srs. Deputados, funcionários e familiares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, sexta-feira, às 10,00 horas, com a

ORDEM DO DIA

já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.